Um elefante que incomoda muita gente

Gorki de Miranda Kern *

Como psiquiatra, tenho de admitir que o uso do elefante como anti-herói dos privatistas foi um ato falho. No fundo, talvez os publicitários saibam que o Estado não é assim tão mal. Afinal de contas, quantas empresas privadas estão à disposição para gastar alguns milhões de cruzeiros apenas com o objetivo de informar a população sobre alguma tese contra si própria?

Tudo bem, há várias campanhas publicitárias ditas institucionais, patrocinadas pela empresa privada. Mas alguém já viu uma companhia de refrigerantes pagar por uma campanha anticâncer? Ou uma marca de cigarros patrocinando um comercial de prevenção ao câncer de pulmão?

Uma empresa privada é feita para perseguir tenazmente a lucratividade, para fazer cumprir seus objetivos institucionais da melhor forma possível. Nem sempre uma estatal consegue isto. Mas o que eu questiono é se este aspecto é o único a definir o problema.

Embora os dicionários as tratem como sinônimos, ultimamente tem sido comum se fazer a distinção entre eficiência e eficácia. A última se referiria à capacidade de atingir determinados objetivos da forma mais otimizada possível. A primeira tenta distinguir a capacidade de atingir o maior número possível de facetas em torno de um determinado objetivo.

Este me parece um ponto de fundamental importância. A medida da eficácia é produtividade, enquanto a da eficiência é a satisfação das pessoas envolvidas.

O compromisso da empresa eficaz é com o dono. Da empresa eficiente é com a sociedade, nela incluídos o dono, os empregados e principalmente a clientela.

Quando assumi a presidência do Iaserj, que é um ramo da previdência dos funcionários públicos do Estado e do Município do Rio de Janeiro, logo fui aconselhado a me espelhar nas empresas privadas de atendimento médico de grupos. A primeira visita são maravilhosas, exemplo a ser seguido até pelo governo federal.

Não sei se foi prudência, intuição ou outra coisa, mas a verdade é que resolvi estudar um pouco mais o modelo que me apresentavam.

Foi aí que eu me lembrei dos pacientes com Aids. Eles pagavam em dia sem questionar o preço e tudo era muito bom até que surgiu a Aids. Entre o lucro e os pacientes, a medicina de grupo logo fechou a questão: assim eu não brinco mais.

Com seis meses de gestão, poderia encher o JB de domingo só de casos de pessoas, cujo tratamento era oneroso o suficiente para romper o compromisso com os planos de saúde. Todos os planos, sem exceção, já passaram pelo Iaserj. A história é muito parecida, "O convênio só paga

tantos dias para esta doença"; "O plano não prevê o fornecimento de próteses"; "A cirurgia eu fiz com o convênio, mas eles não fornecem as bolsas de colostomia"; "Não me avisaram que essa doença não pode ser atendida pela empresa"; etc.

O velho e bom elefante nunca se esquece de que o seu compromisso é com a clientela e vai calma e tranqüilamente pagando as próteses, internando os crônicos e levando a fama de bobo, que parece perseguir os mansos.

Está bem, a saúde é dever do Estado, mas, e o resto? Alguém se lembra de a Petrobrás ter deixado de vender gasolina, quando o preço dos demais derivados subiu no mercado externo? No entanto, os usineiros deixaram os proprietários de carro a álcool a pé para adoçar o mercado europeu, tão logo subiu o preço do açúcar...

O nó górdio da questão não é a definição entre o estatal e o privado. Não se trata apenas de definir área de atuação de um ou de outro.

A bem da verdade, o rombo da Previdência federal é muito mais devido aos empresários, que deixam de recolher, do que a um eventual mau uso do dinheiro público.

A mesma autoridade que permite o desvio do Tesouro da Previdência é a que deixa impune o empresário caloteiro. Trata-se portanto de escolher melhor a autoridade.

O povo do Rio de Janeiro escolheu Leonel Brizola. Dizem que o governador é centralizador. Quando um empresário se dedica às suas empresas dia e noite, é um notável capitão de indústria. Quando um político cumpre o seu dever, é centralizador.

Quando um dirigente de empresa privada reúne sua administração e pede contas, trata-se de um importante passo administrativo. Quando o Governador nos chamou para o mesmo assunto, disseram que foi pajelança...

Se o Estado for capaz de fazer com que todas as Instituições, sejam Públicas ou Privadas, respeitem o compromisso maior com a Sociedade, aí sim teremos a discussão colocada no seu devido eixo. Quando o Governo for capaz de fazer com que a iniciativa privada assuma as funções sociais que ela tem nos países desenvolvidos, aí sim poderemos comparar balanços.

Todos nós, dirigentes de Estatais temos muito a aprender com os administradores das empresas privadas. Sem dúvida, temos uma orelha do tamanho da de um elefante, à espera de alguns puxões. Mas, eu não tenho dúvidas de que os administradores de empresas privadas, por outro lado, sonham com o dia em que poderão inaugurar o primeiro Ciep sem fins lucrativos do Brasil, totalmente custeado pela empresa privada e descobrir que a verdadeira obra social não é dedutível do Imposto de Renda.